



Opinião N9

UMA SAÚDE DO TAMANHO DO BRASIL

DILVO RISTOFF*

ANDRÉ LÁZARO**

Muitos dos médicos que hoje protestam contra o Programa Mais Médicos do MEC, se conhecessem melhor as idas e vindas da política educacional, talvez se curvassem em agradecimento aos governos brasileiros das últimas quatro décadas. Afinal, conseguiram graduar-se em cursos que não existiam em 1971 e que seus colegas de profissão de então não queriam que fossem autorizados. Tivesse sido implementada a proposta de seus colegas de impedir a abertura de novos cursos, o Brasil teria hoje um número de médicos tão reduzido que a crise atingiria de forma ainda mais aguda mesmo os maiores centros urbanos do país.

É importante lembrar que, em junho de 1971, há cerca de 40 anos, quando o Brasil tinha em torno de 96 milhões de habitantes e apenas 73 cursos de medicina, o MEC, por designação do ministro Jarbas Passarinho, criou uma Comissão de Ensino Médico, composta por oito médicos brasileiros, para analisar a situação das escolas de medicina do país. Esta Comissão, após quase dois anos de visitas a todos os cursos, produziu reflexões sobre a expansão dos cursos de medicina. O texto foi publicado pelo Ministério da Educação, em 1977. Página após página, uma questão central domina o relatório: o temor da expansão e de uma imaginada massificação do curso de medicina. E a Comissão dá as suas razões para este temor:

1. "O número de estudantes que frequentam, atualmente, os cursos médicos, e que se diplomarão nos próximos seis anos (em 1976), se aproxima da totalidade dos que presentemente exercem a profissão, e que se estima sejam cerca de cinquenta mil.";
2. a rapidez da expansão impede uma apreciação correta da adequação do número de médicos existentes às necessidades do país;
3. a inexistência de evasão nos cursos de medicina só ajuda a aumentar o problema: "o número de médicos lançados anualmente no mercado de trabalho irá aumentando nos próximos anos até tornar-se em 1976, quase duas e meia vezes maior do que foi em 1971";
4. "No momento presente (...) a Comissão entende que, em virtude da rápida expansão, as escolas [de medicina] já absorveram todos os recursos disponíveis e, apesar disso, apresentam grandes deficiências"; e
5. "Com as escolas atuais, ainda que sem aumento do número de matrículas, a relação médico/habitante rapidamente se aproxima da observada em países de maior desenvolvimento social e econômico".

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária na Universidade Federal de Santa Catarina.

** Professor na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Pesquisador da FLACSO-Brasil e Coordenador do Projeto GEA-ES.

Ou seja, em 1971, a expansão era indesejável porque já tínhamos médicos suficientes e, em 1976, porque teríamos médicos demais. Seriam, segundo a Comissão, tantos médicos a mais que medidas urgentes se faziam necessárias para “prevenir o aviltamento do trabalho profissional, de vez que o grande número de médicos não [encontraria] condições de atividade, não só nos maiores centros urbanos, em virtude da plethora, como no interior, pela ausência de definição clara da organização da assistência médica e de condições de infraestrutura adequada para o exercício da profissão”.

Movida pelo pavor de uma possível massificação, a Comissão declara: “Supondo, por absurdo, que fosse materialmente possível expandir-se a rede de escolas médicas de modo a absorver todos os postulantes, é evidente que, em pouco tempo, estaríamos a braços com profissionais desempregados, em número elevadíssimo”.

Seria a alternativa, portanto, planejar cuidadosamente essa expansão? A esta questão a Comissão responde assim: “Radicalmente diversa é a posição segundo a qual o sistema de escolas deveria dimensionar-se exatamente para formar os profissionais que encontrariam emprego certo a partir da sua formatura, de acordo com as projeções de dados econômicos. Esta orientação se defrontaria com dificuldades de outro gênero: a estrutura de empregos não está rigidamente planejada, como ocorre nos países socialistas, havendo margem para a iniciativa privada”.

Ou seja, não serve nem a posição do livre mercado, que quer a massificação, nem a opção socialista, do Estado planejador, pois (1) o Brasil não seria capaz de fazer esse planejamento adequadamente e (2) a opção socialista tornaria inviável a ação privada dos profissionais. A saída, desse modo, seria cuidar melhor dos poucos cursos que temos e garantir que eles fossem de boa qualidade para poucos, pois a opção pela expansão, em sua maneira de ver, viria em detrimento da qualidade. Nas palavras da comissão: “Tem-se configurado, dessa forma, o sacrifício da qualidade pela quantidade”.

E, assim, mesmo consciente de que em 1971 em mais de 2.000 municípios brasileiros não havia um único médico, estando eles concentrados nas capitais e na Região Sudeste, a douta Comissão conclui propondo: “Tendo em vista as ponderáveis razões expostas e, de outro lado, a inevitável queda da qualidade profissional, consequentes às precárias condições de muitas Faculdades, a Comissão recomenda que seja contido o processo de criação de escolas, pelo prazo mínimo de três anos, enquanto se procura corrigir as deficiências atuais”. A ideia de que primeiro temos que cuidar da qualidade dos cursos existentes para depois expandir parece, pois, inarredável. Que as duas ações pudessem ou devessem acontecer concomitantemente escapa à Comissão.

Essas propostas de contenção foram mais exitosas do que se poderia à primeira vista supor. O ministro Jarbas Passarinho declara no prólogo: “No terreno executivo determinei que fossem estudadas as medidas a serem aplicadas” e, a julgar pelo crescimento dos cursos de medicina nos últimos anos, fica evidente que as posições da Comissão tiveram eco entre os formuladores das políticas para o setor: o crescimento dos cursos de medicina sempre foi, de fato, como queria a Comissão, contido, e nunca foi maior do que o crescimento médio da educação superior. Nos últimos 21 anos (1991-2011), por exemplo, o crescimento dos cursos de medicina foi de apenas 134% enquanto o crescimento do número de cursos de graduação foi de 520%, quatro vezes maior. Trata-se, portanto, de uma política de encolhimento bem-sucedida. Elitista, conservadora, corporativa, sem visão de futuro, sem visão de país e bem-sucedida.

É de se perguntar, neste momento em que protestos disseminam-se pelo país contra uma política de expansão dos cursos médicos e de interiorização do atendimento, como seria a situação da saúde pública se tivéssemos deixado esta política exclusivamente nas mãos dos médicos. Imaginar um Brasil com 73 cursos de medicina, com as mesmas 42.931 matrículas de 1971, significaria triplicar o desespero que hoje vivemos nos mais de 700 municípios ainda sem médicos e, claro, triplicar também o caos presenciado nas capitais, onde conseguir atendimento médico para a população de baixa renda é uma façanha e onde ser prontamente atendido, mesmo com plano de saúde privado, é extremamente difícil para muitas especialidades. Fica, pois, evidente que a saúde é coisa séria demais para ficar só nas mãos dos médicos.

O mito de que quantidade vem em detrimento da qualidade não é, no entanto, exclusividade da medicina. Ele tem-se propagado em toda a educação brasileira. Na verdade, esse mito faz parte do raciocínio elitista e conservador que durante décadas impediu que a educação básica se universalizasse no Brasil (ia piorar a qualidade!!!), enquanto outros países já a tinham universalizado há mais de um século. É o mesmo elitismo que ainda hoje impede que a educação superior se expanda. O fato de países desenvolvidos, que há muito migraram para sistemas de massa, terem educação com mais qualidade que a nossa parece não convencer os arautos do elitismo: temos só 17 de cada 100 jovens de 18 a 24 anos na educação superior e deveríamos, por esse raciocínio, ter um dos melhores sistemas educacionais do planeta. Só insanos, no entanto, atreveriam-se a fazer tal afirmação. Na prática, lamentavelmente, o mito de que quantidade é inimigo da qualidade continua a excluir as pessoas da educação superior brasileira e dos cursos de medicina. Defender qualidade para poucos é elitismo e o país exige hoje qualidade para todos!

Por fim, cabe registrar que o temor da Comissão de Ensino Médico de 1971, de que a expansão das escolas médicas traria uma legião de médicos desempregados, que a profissão estaria banalizada, aviltada e desprestigiada, é, para dizer pouco, risível na percepção histórica que hoje temos do fato, pois, apesar da expansão havida nos últimos anos, continuamos desesperadamente e sem sucesso a buscar médicos em todos os cantos do país. E esse temor surge de outro mito muito disseminado na sociedade brasileira – meias verdades que se repetem como ladainhas e que, não obstante, continuam a fazer seguidores. Baseiam-se, primeiro, numa visão equivocada de que a educação superior deve ser um mapa que leve o indivíduo por uma trajetória tranquila e segura do vestibular à sepultura (pode ser assim para abelhas e formigas, geneticamente determinadas; não é assim para os seres humanos!); segundo, na compreensão (também equivocada) de que o indivíduo formado para uma profissão vai necessariamente exercê-la (dados do IBGE mostram que só 75% dos médicos exercem a medicina. Na engenharia é pior: só 1/3 dos engenheiros exercem a engenharia. E assim para todas as profissões, pois as demandas sociais são sempre mais dinâmicas do que as estruturas educacionais existentes e clamam por pessoas bem formadas); e, terceiro, no desconhecimento de que a educação superior, não importa qual o curso, é o maior gerador de oportunidades de mobilidade social que os seres humanos conseguiram engendrar e, só por isso, já traz benefícios inestimáveis aos indivíduos e à sociedade.

Enquanto o elitismo presidir as análises, orientar o reconhecimento dos problemas e ditar as soluções, não teremos nem educação nem saúde do tamanho do Brasil, pois continuaremos seguindo as mesmas trilhas já traçadas e a defender as mesmas desgastadas e indefensáveis teses que infernizam as populações de baixa renda e comprometem o futuro do país.

Este texto é uma contribuição do autor ao projeto **Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior (GEA-ES)**, realizado pela **FLACSO-Brasil** com apoio da **Fundação Ford**.